

Palestra¹ ministrada pelo escritor angolano João Melo²

Como sabem Angola é um país africano. A primeira nota que gostaria de dizer aqui é que África não é como normalmente designada pela imprensa, principalmente aqui no Brasil. África não é a África, isto é, a África não é uma massa informe, homogênea. Pelo contrário, é talvez um dos continentes do mundo mais diversificados, não só em termos de nações, por ter 49, 50 países independentes, mas, sobretudo, em termos de culturas e línguas. África não é a África. África são várias Áfricas, e Angola é apenas um dos países africanos, que faz parte desse continente enorme e tão diversificado.

Angola foi uma colônia de Portugal, como o Brasil, desde o século XV, quando os primeiros navegadores portugueses desembarcaram no território que hoje se configura Angola, se é que se pode realmente chamar colônia esse tipo de relacionamento que se estabeleceu nesses primeiros anos da presença portuguesa. Na verdade, esses foram anos caracterizados mais por trocas comerciais entre a coroa portuguesa e alguns reinos bastante antigos e consolidados no território. Os portugueses se fixavam sobretudo ao longo da costa e estabeleciam relações comerciais com os reinos existentes que estavam a altura.

Desde o primeiro instante, essas relações foram marcadas por profundas tensões e conflitos. Podemos dizer que desde a chegada dos primeiros navegadores portugueses a Angola até 2002 não houve, praticamente, nenhum ano sem uma guerra de qualquer dimensão, grande ou pequena, localizada ou espalhada no território que hoje constitui a Angola. A resistência dos povos que habitavam aquele território, que se transformaria em Angola dos nossos dias, à presença estrangeira se prolongou desde o primeiro instante até 1920, 1921, portanto, ao longo de quase cinco séculos quando a última grande revolta tradicional em Angola foi derrotada pelos portugueses. O período de “tréguas” após esse momento durou pouco, porque em 1961 a guerra retornaria em Angola, já em outros moldes. As resistências anteriores eram resistências tradicionais,

¹ Transcrição da palestra ministrada pelo escritor na ocasião de sua visita à Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo, em 2010.

² João Melo é escritor. Membro fundador da União dos Escritores Angolanos. Recebeu menção honrosa do Prémio Sonangol de Literatura em 1996. Entre sua obra, composta por prosa e poesia, constam os livros: *Definição* (1985), *Fabulema* (1986), *Poemas Angolanos* (1989), *Tanto Amor* (1989), *Canção do Nosso Tempo* (1991), *Jornalismo e Política* (1991), *O Caçador de Nuvens* (1993), *Limites & Redundâncias* (1997) *Imitação de Satre & Simone de Beauvoir* (1998), *Filhos da Pátria* (2001), *O Dia Em Que O Pato Donald Comeu Pela Primeira Vez a Margarida* (2006) e *Auto-Retrato* (2007).

protagonizadas por variados grupos étnicos e pelas várias unidades políticas ou territoriais que existiam no país, como a resistência do Reino do Congo, a resistência do Reino Ndongo e Matanga - na qual avulta a figura da rainha Ginga - as revoltas dos Reinos do Planalto, Iquique Primeiro e Iquique Segundo, os Reinos do Bié, as revoltas de Mandumbe, no Cune, etc.

No entanto, a partir de 1961, a guerra adquire outra dimensão e formato, transformando-se numa guerra moderna, de libertação nacional, feitas de outra maneira. Enquanto os portugueses chamam de guerra colonial, nós, os africanos que fizemos essa luta por nossas independências, chamamos esse conflito de luta armada de libertação nacional. Começou dia 4 de fevereiro de 1961, em Luanda, quando um grupo de homens precariamente armados atacou as prisões de cidade com o intuito de libertar um grupo de presos políticos. Esse ato não foi bem sucedido do ponto de vista militar, mas é a partir disso que começaria a luta de libertação nacional em Angola, que foi realizada, fundamentalmente, por três grandes forças, três movimentos nacionalistas: MPLA, (Movimento Popular para Libertação de Angola), a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), que primeiro chamava-se UPA, e a UNITA (União Nacional para Independência Total de Angola).

Uma das características do movimento nacionalista angolano, que se refletiu nos anos posteriores à independência, era a profunda divisão entre essas três grandes forças. Várias tentativas foram feitas no sentido de unificar os três movimentos, nenhuma bem sucedida. Não podemos esquecer que vivíamos o pós Segunda Guerra, com uma influência muito grande dos processos internacionais do fenômeno da Guerra Fria, da divisão do mundo em blocos e, desde cedo, houve uma forte interferência estrangeira na história política de Angola. Esse foi um dos fatores, além de outros, mais endógenos, que levou a divisão do movimento nacionalista angolano. Entre os fatores endógenos, internos que estiveram na base dessa divisão, cito a grande diferença em termos de perspectiva política e de nação que os três movimentos exprimiam.

A FNLA e a UNITA tinham uma perspectiva regional, etnicizante e até racializada do que deveria ser a Angola independente. Também tinham na sua formação uma base eminentemente rural, embora não exclusiva. Pelo contrário, MPLA foi uma força que resultou da aglutinação de várias manifestações políticas, uma força de independência angolana formada por intelectuais, nomeadamente intelectuais mulatos e pretos assimilados, com alguma influência religiosa - sobretudo da igreja metodista -, no entanto, desde na sua formação, era uma organização que representava o setor da

intelectualidade e da pequena burguesia urbana de Luanda. Esse contexto criava, desde o início, clivagens e diferenças de perspectivas que não foram possíveis de se superar ao longo da luta de libertação nacional. Os três movimentos tiveram em vários momentos envolvidos em combate entre eles, em lutas que, como podemos perceber, enfraqueceram o movimento nacionalista dos angolanos.

Quando aconteceu em Portugal a chamada Revolução dos Cravos, que depôs o regime salazarista e abriu caminho para as independências das antigas colônias africanas, o movimento nacionalista angolano estava muito dividido. Do ponto de vista militar, os nacionalistas angolanos estavam na defensiva. Ao contrário do que aconteceu na Guiné-Bissau, onde Portugal perdeu a guerra, em Angola, em 1974, o exército português estava em vantagem, a guerrilha tinha refluído significativamente, reduzindo-se a áreas remotas e poucas povoadas. Os esforços iniciados pelo MPLA no fim da década de 1960 para espalhar a guerrilha a partir da fronteira leste com a Zâmbia para o centro e para litoral do país foram frustrados. O movimento nacionalista angolano estava enfraquecido, ainda que politicamente Portugal não tivesse a menor chance de manter uma colônia angolana. Se estava em vantagem militar, do ponto de vista político estava nitidamente numa posição de fraqueza e, portanto, com o golpe militar de 25 de abril e as mudanças do regime em Portugal abriram condições para a independência Angola e demais colônias africanas.

A independência de Angola foi proclamada em comissões peculiares. Pouco antes do 11 de novembro de 1975, deflagrou uma guerra interna entre MPLA e FNLA pelo controle de Luanda, agravada pela interferência estrangeira. Dois exércitos estrangeiros invadiram Angola: em apoio à FNLA o exército zairense e em apoio à UNITA as forças do apartheid da África do Sul, sobretudo para impedir a vitória do MPLA em 1975. No final de agosto de 1975, já depois da primeira grande invasão da África do Sul, O MPLA pediu auxílio militar à Cuba.

Graças ao apoio militar e, principalmente, ao apoio popular que gozava em Luanda, o MPLA pôde proclamar a independência no dia 11 de novembro de 1975. Era sabido que quem controlasse a capital proclamaria a independência do país, por isso a luta pelo controle de Luanda era intensa. Quando a independência foi proclamada, ouviam-se os canhões, havia combates a 11km ao norte de Luanda e, mais ao sul, por volta de 100 km, onde o exército da África do Sul do Apartheid foi impedido de progredir até Luanda. O MPLA proclamou a independência e instituiu o regime de partido único. A FNLA e a UNITA retiraram-se para o interior e iniciaram uma luta de

guerrilha ao novo poder. É bom não esquecer que o ano era 1975 e havia a presença da Guerra Fria no mundo, e esses modelos de partidos únicos eram característicos da época no continente africano. Praticamente todos os países em África eram governados por sistema de partidos únicos, alguns de esquerda, mas a maioria de direita. A guerra, portanto, não acabou quando se constituiu a independência.

Em 1976, os sul-africanos foram expulsos do território angolano. A FNLA foi praticamente neutralizada ao norte do país, após um acordo entre o presidente Agostinho Neto e o presidente Mobutu, do Zaire, que permitiu a pacificação da fronteira norte de Angola. Vários dirigentes do FNLA foram cooptados pelo MPLA.

Ao sul a situação não era a mesma, até porque ao sul estava a África do Sul que à época controlava Namíbia e apoiava a UNITA, que se refugiou ao extremo sudeste do país. A partir dali, começou uma revolução armada que adquiriu uma grande importância a ponto de ter colocado realmente o poder em risco.

Nos anos 1980, quando o Ronald Regan subiu ao poder nos Estados Unidos, a administração americana passou a influenciar seriamente no fortalecimento da UNITA, que se transformou numa das guerrilhas mais poderosas do mundo. Jonas Savimbi foi recebido por Ronald Regan e considerado um exemplo de combatente. A UNITA chegou a receber os sofisticados mísseis Stinger, fabricados pelos EUA. A guerra em Angola a partir dos anos 1980 ganhou uma proporção extraordinária que praticamente paralisou o país em termos de desenvolvimento, e prolongou-se até o final da década, quando começaram a ser feitos movimentos diplomáticos para encontrar uma solução para Angola.

Uma grande batalha aconteceu no sudeste do país em 1987, a célebre batalha de Cuito Cuanavale, na província do Cuando-Cubango, onde as forças da UNITA e do apartheid foram derrotadas pelas forças coligadas do governo angolano e de Cuba. Essa batalha foi considerada a batalha mais importante do planeta depois da Segunda Guerra Mundial e determinou uma mudança na situação política e militar regional. A África do Sul entendeu que não tinha condições de dominar militarmente o país, o que permitiu um acordo quadripartido entre Angola, África do Sul, Estados Unidos e Cuba, resultando na retirada simultânea do território angolano das tropas sul-africanas e cubanas, exigência dos EUA, e abriu caminho para a independência da Namíbia, reivindicação de Angola. Angola sempre considerou que podia abrir mão da presença cubana, desde que a Namíbia fosse independente e não servisse de trampolim para as forças sul-africanas invadirem o território angolano. Na verdade, Angola não faz

fronteira com a África do Sul, mas com a Namíbia, que àquela altura sofria uma dominação da África do Sul, servindo de território de passagem para as invasões sul-africanas. Esse acordo quadripartido permitiu negociações diretas entre o governo e a Unita para estabelecer a paz em Angola.

Em 1991, com interligação de Portugal, Estados Unidos e Rússia, foi assinado o primeiro acordo de paz com a UNITA, em Bicesse, que permitiu o cessar fogo em todo o território e a mudança do regime político, abrindo o país ao multipartidarismo. O governo mudou a lei constitucional, abdicou do modelo socialista adotado em 1976 para abraçar a economia do mercado e a iniciativa privada, e determinou a realização de eleições livres e gerais. Foram criados vários partidos políticos e as eleições foram realizadas em 28 e 29 de setembro de 1992, resultando na vitória MPLA, partido que estava no poder. No entanto, o candidato do MPLA à presidência, o mesmo que havia substituído Agostinho Neto desde sua morte, ficou a frente, mas não ganhou no primeiro turno e, portanto, deveria ser realizado um segundo turno um mês depois.

No dia 5 de outubro de 1992, o líder da UNITA, Jonas Savimbi, ordenou que os generais da UNITA abandonassem o exército único, instituído no Acordo de Bicesse – que fundia os exércitos governamentais e os da revolução armada –, e voltassem para as matas reatar a guerra. A guerra então foi retomada e, apesar de tentativas de acordo, ela prolongou-se até 2002, tornando-se muito mais destrutiva do que nos primeiros dezesseis anos de guerra civil, porque se antes confinava-se no campo, nas áreas rurais, a partir de 1992 alcançou as grandes cidades. Cidades inteiras, como Cuito, capital da província do Bié, foram praticamente destruídas.

Em 2002 a guerra acabou, talvez da única maneira que poderia acabar, com um vencido e um vencedor. É muito difícil haver armistícios quando as guerras terminam em empate. Na história há pouquíssimos exemplos desse tipo, em que o conflito armado pôde terminar com empate. Isso careceria de ligas dos dois lados que realmente pudessem pôr os interesses da nação acima dos interesses pessoais ou do grupo. E, na verdade, Savimbi fez sua escolha em 1992 ao não aceitar os resultados das eleições, rejeitando uma tentativa de acordo pós-eleitoral para divisão de poder, que o tornaria o vice-presidente da república. Perdeu a guerra no dia 22 de fevereiro 2002, quando foi morto em combate. Em 4 de abril de 2002, foi feito um acordo entre a direção remanescente da UNITA e o governo que estabeleceu a paz definitiva no país e, até hoje, nem mais um tiro foi disparado em Angola. Esse fato confirma o que muitos diziam: Savimbi havia se tornado talvez o único obstáculo à paz no país.

Com a paz em 2002, tornou-se necessário ou retomar os ciclos eleitorais imediatamente ou retomar eleições periódicas. Devido à guerra, desde 1992 não ocorreram eleições no país, nem com relação ao parlamento eleito em 1992, composto por alguns representantes da UNITA. O caso de Angola é um caso de estudo. Apesar da UNITA estar fazendo a guerra, no parlamento de Luanda havia deputados da UNITA eleitos em 1992. Esse parlamento manteve suas funções as eleições seguintes.

Nas condições de Angola, não era possível realizar eleições no quadro de guerra. Retomar as eleições imediatamente ou estabelecer um período de transição para tentar um processo de conciliação de reconstrução do país, e depois realizar os ciclos eleitorais? Os dois principais atores, governo e UNITA, entenderam que era preciso um período de transição, do qual participariam integrantes da UNITA que foram ministros, embaixadores, etc. Realizou-se então a formação do verdadeiro exército único e o chefe das forças militares da UNITA foi nomeado o chefe do estado maior adjunto das forças armadas. Portanto, iniciou-se um tempo de reconciliação ímpar em África.

Angola de 2002 a 2008 cresceu em torno de 14% e começou a retomada dos ciclos eleitorais. Foram feitas as segundas eleições legislativas em setembro de 2008, mais uma vez MPLA ganhou e, dessa vez, como uma vantagem já que tinha maioria qualificada, com quase 82% dos votos. A UNITA sofreu uma derrota estrondosa, baixou de setenta deputados eleitos em 1992 para dez deputados em 2008. Isso tem uma leitura política, a guerra pós-eleitoral foi um erro estratégico, uma jogada de alto risco que poderia ter resultado na tomada do poder pela força, mas como isso não aconteceu, a imagem política do partido ficou muito destrozada. Na guerra pós-eleitoral, as regiões mais destruídas pela UNITA foram aquelas em que seus candidatos ganharam as eleições, ou seja, eles afetaram a sua base eleitoral. Isso tinha que ter um preço político. Em 2008, eu particularmente acho que não teve eleição em Angola, mas sim um plebiscito entre os que retomaram a guerra sem motivos legítimos para tal e os que ganharam a guerra e pacificaram o país e que, além disso, foram magnânimos de tal maneira que integraram os derrotados no governo e nas forças armadas. Isso explica essa derrota da UNITA e, obviamente, as condições nas próximas eleições serão outras.

Em de 2009, Angola adotou uma nova constituição, a primeira no sentido verdadeiro da palavra. Foi aprovada uma constituição que introduziu uma mudança fundamental entre a lei constitucional de 1991, que instituiu um sistema de governo inspirado em modelos europeus e caracterizado pela existência de um presidente da república que não é o chefe do governo, mas que tem alguma função executiva. O

governo, nesse modelo, é chefiado por um primeiro ministro. A constituição de 2009 mudou esse sistema de governo e adotou o sistema presidencial de base parlamentar, semelhante ao sistema sul-africano, em que não há o primeiro ministro e o presidente é eleito na lista do quadro partidário. A diferença é que enquanto na África do Sul o presidente tem que ser confirmado pelo parlamento, em Angola o parlamento não tem nenhuma interferência nesse processo. Para finalizar, Angola está há oito anos em paz, num processo de reconstrução intenso. Apesar da desaceleração que em 2009 afetou o mundo todo, aposta-se que em 2011 o crescimento volte a ser de dois dígitos. Portanto, apesar de todos essas sequelas da guerra, há certa expectativa positiva, embora tenhamos muito a fazer em todos os campos, econômico e social. Há uma grande desigualdade social na Angola que deve ser uma prioridade no campo político, mapeando e aprofundando a democracia.

Esse é o país, portanto, onde nós, autores, vivemos e escrevemos, por isso a literatura angolana, desde sempre, teve uma forte ligação com a história do país. A literatura angolana escrita é das mais antigas do continente. O primeiro livro de José Maia Ferreira, *Esportaneidades da minha alma* é do final do século XIX, meados do século XIX. Mas aquilo que é chamado de obra literária moderna é realmente obra da geração de *Mensagem*, importante revista literária publicada em Angola em 1948. Foram publicados poucos números dessa revista, mas realmente o movimento organizado pelos intelectuais da época. Estou a falar de Agostinho Neto, Mario Antonio, Maurício Gomes, Viriato da Cruz, etc. A revista *Mensagem* está ligada a um movimento cultural que se chamava “Vamos Descobrir Angola”, um movimento para reforçar as especificidades e diferenças angolanas comparativamente com a cultura portuguesa.

Essa geração foi seguida por uma outra geração, organizada em torno de uma revista *Cultura*, nos anos 60, em que se destacaram nomes como Luandino Vieira, António Cardoso, Henrique Abranches, João Abel, Henrique Guerra, etc. Essas duas gerações formataram a moderna literatura angolana, que deve muito igualmente ao neorrealismo português e ao romance social brasileiro, em especial ao romance nordestino de Jorge Amado, Graciliano Ramos, José Lins do Rego e poetas como Manuel Bandeira, Jorge de Lima, mais tarde Carlos Drummond de Andrade. Os livros dessa literatura brasileira que, curiosamente, não se sabe porquê, embora fossem proibidos em Portugal por motivos políticos, eram vendidos em Angola, como, por exemplo, *Os Subterrâneos da Liberdade*, de Jorge Amado.

Esse diálogo dos escritores angolanos de geração de *Mensagem* com o Brasil influenciou grandemente, no sentido de que mostrou que era possível escrever com uma nova sintaxe, não lusitana. Maurício Gomes tem um poema célebre dedicado a Manuel Bandeira, em que diz que é preciso criar uma nova poesia angolana com uma nova sintaxe, uma forma revolucionária. Isso era fruto desse diálogo que os angolanos tinham com as correntes literárias brasileiras. Há um caso interessante, Luandino Vieira, António Jacinto e António Cardoso foram publicados no sul do Brasil pelo professor e escritor Salim Miguel, da Universidade de Santa Catarina, numa revista chamada *Sul*, que publicou textos, poemas e contos de escritores angolanos. Salim Miguel publicou há dois anos cartas que trocou com escritores angolanos como António Jacinto e Luandino Vieira.

Essa literatura angolana moderna era, portanto, uma literatura ligada à história do país, às lutas políticas. Seus autores acreditavam que a literatura tinha trabalho social para fazer, sem perder de vista as necessidades estéticas.